BIBLIOTECA NO SÉCULO XXI E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES PROFICIENTES

ARTIGO ORIGINAL

REIS, Marynalva Silva Abreu ¹

REIS, Marynalva Silva Abreu. **Biblioteca no século XXI e sua relevância para a formação de leitores proficientes.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 02, pp. 63-73. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso:

RESUMO

O acesso da população à cultura letrada é um fator importantíssimo para a redução das desigualdades, visto que responder adequadamente às demandas sociais da leitura e escrita colabora de maneira significativa para o exercício pleno dos direitos. Entende-se que a biblioteca é o principal mecanismo para a universalização do conhecimento e para a disseminação da cultura escrita, nesse sentido, o presente trabalho aborda a biblioteca, seu significado e sua função social e tem como objetivo principal reforçar a importância do estímulo à leitura na esfera pública. Para tal fim realizou-se uma pesquisa qualitativa, com análise documental das leis que preveem a universalização de bibliotecas escolares e bibliotecas públicas como obrigatoriedade do poder público, por se tratar do espaço mais convidativo para o desenvolvimento do hábito da leitura. Realizou-se também uma revisão bibliográfica dos teóricos que abordam sobre os novos conceitos do termo biblioteca e sobre a necessidade desse

¹ Professora da Educação Básica do Estado do Tocantins. Mestranda em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University. Pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura, pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin, em Neuropsicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva, pela Universidade Candido Mendes e em Literatura Infanto-juvenil, pela Faculdade Única de Ipatinga, Graduada em Pedagogia, pela Faculdade da Terra de Brasília/FTB.

espaço se renovar em função dos avanços tecnológicos. Os resultados apontam que a biblioteca deve inserir em seu espaço elementos mais atrativos, além do livro físico, para promover a democratização da informação e disseminação da cultura.

Palavras-chave: Biblioteca Moderna, acesso à cultura letrada, espaço de transformação.

INTRODUÇÃO

A preocupação em disseminar a cultura do livro está intrinsecamente ligada aos indicadores educacionais do Brasil, e, para ratificar essa afirmação, apresentamos os resultados da última pesquisa sobre os níveis de alfabetismo no Brasil, realizada pelo IBOPE Inteligência em 2018, coordenada pelo Instituto Paulo Montenegro e ONG Ação Educativa, que mostram a necessidade de investimentos em projetos que promovam o acesso da população à cultura letrada.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mede os níveis de alfabetismo dos brasileiros com idade entre 15 e 64 anos. Para o Inaf, Alfabetismo Funcional é a capacidade que a pessoa tem de utilizar a linguagem escrita para atender as demandas de seu contexto social. Os níveis de alfabetismo considerados pelo Inaf são: Analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. É considerado analfabeto funcional aquele que se encontra no nível rudimentar e aquele que é analfabeto.

Os resultados evidenciam que 29% da população pesquisada é considerada Analfabeta Funcional, desses, 7% são analfabetos. Esse percentual significa que 3 em cada 10 brasileiros não consegue entender o que lê, tampouco utiliza operações matemáticas para resolver situações do seu cotidiano.

A pesquisa mostra que 13% daqueles que cursam ou concluem o Ensino Médio são considerados analfabetos funcionais, assim como também 4% dos que atingem o nível superior.

Ainda de acordo com o Inaf, somente um terço daqueles que cursam ou concluíram o ensino superior são considerados proficientes em leitura.

Vale ressaltar que o percentual de analfabetos citado acima contempla apenas a população entre 15 e 64 anos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), edição de 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas com 60 anos ou mais chega a 18,6%.

Os resultados do Inaf nos fazem refletir, inevitavelmente, sobre os desafios que deverão ser enfrentados para alcançar a meta de erradicar o analfabetismo até 2024, proposta pelo Plano Nacional de Educação. O percentual de 7% de analfabetos apresentados pelo Inaf, corresponde a aproximadamente 11 milhões de analfabetos no Brasil, acima de 15 anos de idade.

Logo, entendemos que para promover práticas de enfrentamento do analfabetismo funcional será indispensável a implementação de políticas públicas voltadas para democratizar a cultura letrada, por meio do acesso da população às bibliotecas físicas ou virtuais.

DESENVOLVIMENTO

Entendemos que a democratização do acesso à informação, ao livro e aos equipamentos culturais é fundamental para reduzir o número de analfabetos funcionais, visto que ter acesso a bens culturais amplia o conhecimento e assegura o exercício dos direitos sociais. O Papa Paulo VI (1967, p. 11), em sua Encíclica *Populorum Progressio* reforça que “A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos [...]”.

Como a biblioteca é considerada o equipamento cultural mais importante para disseminar a informação, destacamos o Projeto de Lei, nº 28/2015, em tramitação no Senado Federal, que institui a Política Nacional de Biblioteca. Para a efetiva implantação dessa política, o seu Artigo 3º atribui como dever da administração pública:

I – Garantir a construção, a preservação e a difusão pluralista das culturas, dos saberes, das artes e das ciências;

II – Favorecer a construção da identidade social dos cidadãos;

III – Gerir e colocar à disposição dos cidadãos os bens simbólicos de que trata esta Lei. (BRASIL, 2015, p. 02).

Para garantir o acesso aos saberes, às artes, às ciências, aos bens, produtos e serviços culturais uma das diretrizes da respectiva Política, destacada em seu Artigo 2º, inciso I, (BRASIL, 2015, p. 01), é a “igualdade de acesso à biblioteca, independentemente de nacionalidade, origem regional, orientação política ou religiosa, língua, etnia, cor, renda, sexo ou orientação sexual, idade ou escolaridade”. A igualdade de acesso também inclui a oferta de serviços e materiais específicos para atender os usuários em situação especial, tais como: “integrantes das minorias linguísticas, presos, reclusos ou detentos, pessoas com deficiências e pessoas hospitalizadas”. (BRASIL, 2015, p. 02). Nesse caso, podemos entender que a Biblioteca significa muito mais que um espaço físico, visto que, parte do público especial requer atendimento em seu domicílio, em hospitais, em casas de apoio ou em presídios. Partindo desse pressuposto, a Biblioteca deve ser responsável também pela implantação de projetos capazes de ultrapassar os seus muros para atender esse público especial.

As políticas voltadas para a promoção do livro e ampliação do número de bibliotecas públicas municipais e estaduais em todo o território brasileiro são bastante visíveis e acontecem desde 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1992 o INL foi substituído pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), através do Decreto Presidencial nº 520. O SNBP é um órgão subordinado ao Ministério da Cultura (Minc), coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional e atua conjuntamente com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPS), visando assegurar à população brasileira o acesso à informação.

Todos os estados brasileiros possuem Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas que atuam em rede com o SNBP com o intuito de fortalecer as políticas das bibliotecas brasileiras através do incentivo à implantação de Sistemas Municipais de Bibliotecas

Públicas em todos os municípios brasileiros. O SNBP disponibiliza uma plataforma digital que possibilita o acesso às informações sobre os serviços prestados pelos SEBPS em todos os estados brasileiros, entretanto não existem informações no portal do SNBP acerca dos municípios que já implantaram os SMBPS.

A realização de convênios para a distribuição de recursos e capacitação de agentes públicos no âmbito da leitura e do livro acontece desde a criação do Instituto Nacional do Livro e, para contemplar os municípios, em 1995 a Secretaria do Livro e Leitura criou o Projeto “Uma biblioteca em cada município”.

Para verificarmos a eficácia de programas voltados para esse fim pesquisamos o portal do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e constatamos que, de acordo com o levantamento feito em 2015 pelo próprio SNBP, atualmente, o Brasil conta com 6057 bibliotecas pública distribuídas da seguinte maneira: região Norte – 462 bibliotecas pública, sendo: 443 municipais e 19 estaduais; região Nordeste – 1844 bibliotecas pública, sendo: 1826 municipais, 17 estaduais e 1 distrital; região Centro-Oeste – 501 bibliotecas pública, sendo: 467 municipais, 3 estaduais, 30 distritais e 1 federal; região Sudeste – 1957 bibliotecas pública, sendo: 1948 municipais, 7 estaduais e 2 federais; região Sul - 1293 bibliotecas pública, sendo: 1289 municipais e 4 estaduais.

Vale destacar que nas relações do SNBP não foram inseridas as bibliotecas comunitárias e pontos de leituras, mantidos por entidades privadas e por pessoas físicas, tampouco a Biblioteca Nacional e bibliotecas especializadas ou universitárias, vinculadas ao governo federal.

Visando contribuir com a ressignificação do papel da Biblioteca, traçamos um breve histórico de sua trajetória e analisamos o seu significado, considerando a definição tradicional e moderna do termo. Segundo consta no dicionário Michaelis, biblioteca, tradicionalmente, significa:

Coleção de livros, dispostos ordenadamente. 2. Livraria. 3. Edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros destinados à leitura de frequentadores ou sócios. 4. Coleção de obras de um autor. 5. Coleção de obras sobre assuntos determinados. 6. Coleção de obras de um povo. (MICHAELIS, 1998, p. 322)

Assim como a humanidade passa por constantes mudanças, a biblioteca também acompanha esse processo de transformação, inserindo em seu espaço elementos mais atrativos, além do livro físico, que colaboram para uma maior interação com a comunidade.

Para a biblioteca não se tornar um lugar obsoleto, tornou-se necessário acompanhar os avanços tecnológicos e incorporar em seu contexto as mídias digitais para ampliar o acesso à informação, e, conseqüentemente, conquistar um público cada vez maior.

Nessa perspectiva, a biblioteca ampliou o seu significado tradicional, de origem grega, formado pela composição das palavras *biblion* – “livro” e *theca* – “depósito” e ganhou um novo conceito, atualizado por Guedes que denomina Biblioteca como “Centro de documentação e informação - CDI” e apresenta uma nova classificação para o termo:

Espaço/ambiente físico ou virtual destinado à coleção de informações com a finalidade de auxiliar pesquisas e trabalhos escolares ou para praticar o hábito da leitura, material este seja impressos em folhas de papel ou ainda digitalizados e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como CD, fitas, VHS, DVD ou banco de dados (arquivos em PDF ou DOC). Local para coleção de informações – livros, monografias, enciclopédias, dicionários, manuais, documentos tridimensionais, jornais e revistas. (GUEDES, 2015, p. 21)

Entendemos a biblioteca não apenas como um mero “depósito de livros”, destinado ao armazenamento ordenado de acervos literários, onde prevalece o silêncio absoluto, pois de acordo com Baganha:

A velha concepção de biblioteca sombria, poeirenta, silenciosa e quase lúgubre, fechada sobre si mesma, sobrepondo o papel de ‘depósito do saber’ a todas as outras funções, onde o ambiente hostil e frio afasta mais do que cativa, faz já parte do passado. (BAGANHA, 2004, p. 93)

Neste caso focaremos a biblioteca em seu novo conceito, apresentado também por Baganha:

A biblioteca pública moderna surge também como um espaço destinado a várias actividades culturais: exposições, teatro, cinema, acções de formação, conferências, por exemplo. O objectivo final é sempre facilitar o acesso à informação, promover o gosto pela leitura e pela cultura e

fazê-lo da forma mais agradável, cativando, seduzindo, atraindo o utilizador. (BAGANHA, 2004, P. 93)

Sumariamente, destacamos que a biblioteca moderna deve promover a democratização da informação e disseminar a cultura através de suportes físicos ou eletrônicos, de maneira ativa e não passiva, para envolver os seus usuários e atender às suas expectativas.

Surge, então, a biblioteca digital e a biblioteca virtual, em que através das tecnologias de informação são disponibilizados uma gama de informações, com acesso livre aos seus usuários. A biblioteca digital é aquela que possui todo o seu acervo digitalizado e existe fisicamente, enquanto que a biblioteca virtual pode não existir fisicamente, mas também oferece serviços de acesso a informações.

Como a biblioteca adquiriu um novo aspecto, com novos conceitos e serviços, o termo “usuário” já não atende ao que é proposto pelas novas bibliotecas, pois o seu significado, segundo o dicionário Michaelis (1998, p. 2168) se resume ao “Que, por direito proveniente de uso, frui as utilidades da coisa”, ou seja, o usuário da biblioteca seria aquele que utiliza dos serviços oferecidos por essa instituição, sem nenhum tipo de diálogo ou interação. Para Corrêa:

A conotação da palavra usuário carrega consigo uma ideia de unilateralidade, pois deixa implícito que a pessoa chega à biblioteca e simplesmente faz uso (intenso ou não) daquilo que lhe é oferecido. Entra, usa e sai. A troca, criatividade, a invenção, a interação e a intervenção não ficam explícitas no termo. (CORRÊA, 2014, p. 27).

Com o propósito de fazer uma adequação do termo “usuário”, Correia sugere a terminologia “interagente” como substituição, visto que, o indivíduo ao utilizar os serviços oferecidos pela biblioteca tem o direito de interagir, de dar sugestões e de contribuir com projetos e propostas para a melhoria desses serviços.

Para exemplificar melhor os novos conceitos a respeito da biblioteca moderna, evidenciados pelos principais autores que estudam sobre esse tema, tomamos como base o pensamento de Nóbrega:

A biblioteca, ao longo de sua história, tem lutado para mostrar que não é só lugar de estoques estanques, mas, sim, um espaço de possibilidades de transformação do que foi cristalizado. É vida em ebulição, oportunidade de comparação, pelo ato de ler, tanto das ideias registradas nos variados suportes de leitura, quanto as multiplicadas na oralidade, argumentadas em narrativas e discursos, em palestras, conversas e debates. Ainda que muitos continuem a conceituá-la como somente uma “caixa de livro”, na biblioteca há sempre uma tensão de vida entre suas três faces principais: a face guardiã, que preserva os tesouros da humanidade; a face disseminadora, que oportuniza o acesso à construção humana; a face educadora, que instiga a uma constante inquietude em busca da apropriação do conhecer e criar caminhos possíveis de reflexão e ação.” (NÓBREGA, 2009, p. 105)

Com base nesses novos conceitos do termo biblioteca, concluímos que as bibliotecas precisam ser reestruturadas e revitalizadas. A biblioteca moderna deve ser aconchegante, com mesas individuais e mesas para atender grupos de estudo, com puffs individuais e para casal, tapetes estendidos pelo chão, almofadas para apoiar a cabeça e mobílias adaptadas para atender o público infantil, e, principalmente, com uma vasta exposição de livros em todos os formatos, sejam impressos ou eletrônicos.

Para delimitarmos o nosso tema, trataremos sobre a implantação de bibliotecas escolares, abordando a Lei 12.244, publicada no DOU-I de 24 de maio de 2010, que trata sobre a universalização das bibliotecas nas instituições públicas do país. Em seu Parágrafo Único torna obrigatório no acervo literário de cada biblioteca escolar pelo menos um título para cada aluno matriculado e determina que é de responsabilidade do sistema de ensino o funcionamento das bibliotecas escolares.

De acordo com a referida Lei “Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário [...]” (BRASIL, 2010. p. 01)

Para assegurar o cumprimento da Lei 12.244, entendemos que o Governo Federal precisa investir em políticas de monitoramento nas esferas estaduais e municipais, visto que, para formar leitores não basta apenas os estados e municípios receberem os acervos de obras literárias, disponibilizados pelo Programa Nacional

Biblioteca da Escola (PNBE), é necessário que esse acervo seja explorado pelos alunos através da mediação dos professores da educação básica, de Bibliotecários e de Agentes de Leitura.

Perrotti considera que a leitura exerce papel fundamental para a superação das mazelas sociais, e que a Escola e a Biblioteca são duas importantes instituições especializadas capazes de contribuir significativamente para o aumento do número de leitores:

Destacadas dentre instituições ligadas ao livro e à leitura, Escola e Biblioteca, se em número suficiente, se bem equipadas, se organizadas e geridas com eficácia técnica, seriam capazes de reverter o quadro atual da leitura em tempo não muito longo. Se através dessas instituições nossas crianças forem introduzidas corretamente no circuito do livro, conseguiremos nos livrar do impertinente fantasma que nos ronda sem tréguas – a “crise da leitura”. (PERROTI, 1990, p. 66).

Dessa forma, entendemos que não basta as escolas implantarem bibliotecas em seus espaços, é necessário que haja projetos e programas específicos para a prática da leitura literária na escola, com estratégias que coloquem a leitura como foco principal e como uma forte ferramenta de aprendizagem e de inserção social.

Perrotti considera que a promoção da leitura é um problema cultural difícil de ser superado e sugere que um projeto relevante para a formação do hábito da leitura deve “incorporar oficialmente aos currículos, especialmente nos períodos que se seguem imediatamente à alfabetização, uma hora diária da leitura como parte integrante da cadeira de língua pátria.” (PERROTI, 1990, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal aspecto que nos fez acreditar que o acesso à cultura letrada contribui para a redução do analfabetismo funcional é que as práticas de leitura possibilitam o acesso a equipamentos culturais, e a biblioteca é, por si só, um equipamento cultural, então, defendemos que esse equipamento seja disponibilizado em todos os municípios e que todos tenham acesso a esse bem, inclusive os hospitalizados, presidiários, idosos internados em abrigos e pessoas com deficiências.

A biblioteca moderna assume um novo conceito e em lugares onde não há espaços culturais, cinemas e teatros, a biblioteca pode e deve assumir sua função cultural, disponibilizando o seu espaço para exposições de filmes, saraus e exposições de arte, mesas de debates sobre os mais variados tipos de assuntos, apresentações teatrais e musicais, ou seja, um espaço disseminador de cultura, conhecimento e informação.

Segundo a pesquisa de informações básicas municipais, realizada em 2014, mais de 97% dos municípios possuem bibliotecas municipais, entretanto questionamos o fato de não haver monitoramento para saber quantas bibliotecas estão, de fato, em pleno funcionamento, quais as condições estruturais e dos acervos literários e quais os projetos implantados para atrair o público leitor e conquistar novos leitores.

Portanto, concluímos que é preciso ampliar os investimentos em políticas públicas de promoção das bibliotecas de acesso público, para que esses espaços sejam reestruturados e revitalizados e assumam a sua função de potencializar o processo de emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF BRASIL 2018: Resultados preliminares. Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional.** [documento eletrônico] disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

ANTUNES, W. A. **Bibliotecas escolares: curso de Capacitação do professor regente de biblioteca.** Brasília: CORBI, 1993.

BAGANHA, Filomena. **Novas bibliotecas, novos conceitos.** Edições Universidade Fernando Pessoa. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto. ISSN 1646-0502. 1 (2004) 93-97. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10284/616>.

BIBLIOTECA. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Biblioteca&oldid=55805749>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BOTINI, C.A.L; FARAGO, A.C. **Formação do leitor: papel da família e da escola.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 44-57, 2014

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 33. Ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2000.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinopolis/panorama>.

BRASIL. IBGE. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais:** estatísticas de governança/Leonardo Athias, Luanda Botelho, organizadores. – Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. IBGE. **Sistema de Informação e Indicadores Culturais.** Informação demográfica e socioeconômica nº 31. 2007 – 2010.

BRASIL. IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros:** cultura 2014. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003. Política Nacional do Livro.** disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.244, 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 24 de maio de 2010; 189o da Independência e 122o da República.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm

BRASIL. LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018. Plano Nacional de Leitura e Escrita - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html>.

BRASIL. PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. — São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília, 1997.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária. 10a. edição revista pelo autor | Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul 2008 | 204 pág.

BRASIL. Projeto de Lei nº 28, 2015. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília, DF, 2015. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4489059&disposition=inline>>.

BRITTO, Luiz Percival Leme, 1957- No lugar da leitura – biblioteca e formação [recurso eletrônico] / Luiz Percival Leme Britto; Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015. Recurso digital.

CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 3ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CORRÊA, Elisa C. D. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2014v19n41p23/28292>>.

FONSECA, Edson. A biblioteca escolar e a crise da educação. São Paulo: Pioneira, 1983.

GUEDES, Maria Helena. As grandes Bibliotecas. 1ª edição, editora, Clube de Autores, Vitória, 2015.

KLÉBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

LUX, Cláudia. Bibliotecas Na Agenda: Um A Questão Importante Para A Sociedade Contemporânea, 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/78/68>.

MARTINEZ, Lucila, CALVI, Gian. Biblioteca & escola criativa: estratégias para uma gerência renovada das bibliotecas públicas e escolares. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1994

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 – (Dicionários Michaelis)

MOTTA-ROTH, Désirée – HENDGES, Graciela H. Produção Textual na Universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NOBERTO, Sandra Carla. **A literatura e sua importância para a sociedade.** Disponível em: <http://interativoprata.blogspot.com/2011/11/literatura-e-sua-importancia-para.html?m=1>

NUNES, T.; BUARQUE, L.; BRYANT, P. Dificuldades na aprendizagem da leitura: Teoria e Prática, 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. Coleção questões da nossa época; v. 33).

OLIVEIRA; Zita Catarina Prates de. Biblioteca Fora do Tempo: políticas governamentais de biblioteca públicas no país. São Paulo: USP, 1994. 221 p. Tese (Doutorado). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>.

PAULO, PAPA VI. Carta Encíclica Populorum Progressio, 1967. Sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

PERROTTI, Edmir. Confinamento Cultural, infância e leitura. – São Paulo: Summus, 1990. – (Novas buscas em educação; v. 38).

RAMOS, Marília Cossich. Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil. Rio de Janeiro/RJ, 2017.

SANTOS, F. DOS; NETO, J.C.M; RÖSING, T.M.K (organizadores). Mediação de Leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores. – 1. Ed. – São Paulo: Global, 2009.

Enviado: Setembro, 2020.

Aprovado: Novembro, 2020.